



Recife, 06 de março

ABAIXO O PLANO DE CORTES DA REITORIA DA UFRPE

Convocar a Assembleia Geral Universitária para que a comunidade organize a luta pelo financiamento integral da Universidade!

No dia 14 de fevereiro, a reitora da Rural, Maria José de Sena, anunciou um “Plano de Equilíbrio Orçamentário” (PEO), por meio da Instrução Normativa N°4 da UFRPE. Diante do estrangulamento orçamentário acumulado ao longo da última década e mantido sob o governo Lula, em vez de expressar a comunidade universitária e lutar pelo financiamento integral, a reitoria descarrega sobre os ombros de trabalhadoras e trabalhadores terceirizados, estudantes, técnicos-administrativos e docentes o peso dos cortes.

O MEC não cumpriu a promessa de não reduzir as verbas e o orçamento de 2024 foi menor do que o de 2023 (sem contar a correção da inflação). O orçamento de 2025 ainda não foi aprovado, por conta das disputas no Congresso Nacional entre frações da burguesia e oligarquias. Não há previsão para a recomposição orçamentária futura. A inflação cobra seu preço com o reajuste de contratos, bolsas e serviços. Para evitar o endividamento, a reitoria recorre à criação de um Plano de Equilíbrio Orçamentário e uma comissão para executar e fiscalizar a sua execução. A linguagem da Instrução Normativa é muito técnica e pouco explicativa. A reitoria afirma temer os reajustes de contratos [pela inflação] para o ano corrente de 2025, pois em 2024 teve um reajuste de R\$5 milhões e delibera vários cortes. Os dados apresentados não são didáticos para apresentar qual o gasto necessário nesses setores e muito menos quem seriam os impactados por essas medidas, mas sabemos que os setores mais vulneráveis da comunidade universitária são os primeiros a sentirem esses efeitos.

A terceirização, formalizada por meio de contratos para a manutenção predial (limpeza, obra, manutenção da climatização), gestão do restaurante universitário e segurança patrimonial, facilita que diante das crises, trabalhadores sejam demitidos e o que ficam são superexplorados. O PEO estabelece cortes de 10 a 50% nos con-

tratos de terceirização. É preciso desde já organizar um movimento de solidariedade aos terceirizados, inclusive exigindo a sua efetivação, com todos os direitos que os demais servidores.

O PEO estabelece cortes de 20% em combustível, 20% em telefonia, 30% na gráfica (papel e tinta), 10% em licença de softwares, 20% em passagens e diárias, 10% em manutenção de frota (circular, tratores, vans, caminhões, carros), 20% da energia, 50% dos estagiários e 30% das bolsas promovidas por recursos próprios da UFRPE. Os impactos no ensino são vistos, por exemplo, com a orientação para que as aulas práticas só ocorram dentro de Pernambuco e caso atinjam a cota mínima de 70% das vagas no ônibus. O plano proíbe de novos contratos de consultoria técnica e suspende todo tipo de edital para licitação de empresa terceirizada, capacitações onerosas e suspende a renovação de estagiários de todo tipo. Com certeza, o corte do orçamento será “compensado” com a pressão para que professores e estudantes tirem recursos do próprio bolso para viabilizarem atividades de ensino, pesquisa e extensão.

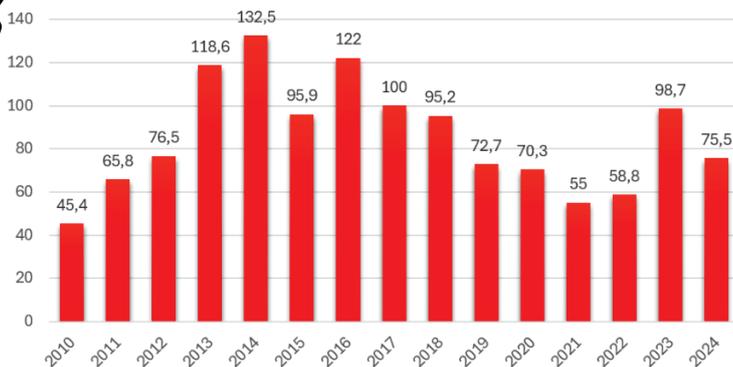
A Comissão Gestora do Plano de Equilíbrio Orçamentário (CGPEO) já nasce com vários poderes-chave dentro da burocracia universitária, quase todo novo projeto que necessite usar alguma verba própria vai precisar do aval dessa nova comissão, por exemplo novos editais, convênios, contratos, parcerias e alocação de imóveis.

A IN apresenta a promessa de que bolsas, auxílios e as políticas de acessibilidade não serão cortadas, porém, não podemos confiar na burocracia universitária. Em algumas partes do texto da instrução normativa seus redatores foram obrigados a reconhecer as dificuldades que um orçamento cada vez mais apertado causa, admitindo o óbvio, o governo federal está estrangulando as universidades a fazer ações vergonhosas, como a CGPEO.





Orçamento Discrecional da UFRPE em milhões



Elaboração própria com base em dados da Andifes (sem a correção da inflação)

Considerando a inflação do período, o orçamento de 2024 equivaleu a **32%** do que a UFRPE recebeu em 2014.

A inflação acumulada (IPCA) de janeiro de 2014 a dezembro de 2024 foi de **86%**. Seria necessário um orçamento de **R\$ 235,2 milhões** para se equiparar ao valor de 2014. Ou seja, **R\$159,7 milhões** a mais do que o orçamento de 2024.

Essa situação não vem de agora, estamos há uma década passando por sucessivos cortes, as reitorias já cortaram as “gorduras”, as “carnes” e agora chegam aos “ossos”, debilitando visivelmente as condições de trabalho e estudo, com fortes impactos na saúde mental. No site da Andifes, vemos que o orçamento discrecional (com despesas de custeio como água, luz, contratos com empresas terceirizadas) referente a 2024 foi de R\$75,5 milhões. O orçamento de 2014 foi de R\$132,5 milhões, quando se adiciona os 86% de inflação nessa década, vamos que seria necessário um orçamento de R\$ 235,2 milhões para se equiparar ao valor de 2014. Ou seja, R\$159,7 milhões a mais do que o orçamento de 2024. É escandaloso que a UFRPE esteja vivendo com 32% do orçamento que recebia em 2014. Além disso, nem toda verba aprovada é efetivamente liberada.

A Instrução Normativa termina deliberando e sintetizando ações práticas a serem executadas no próximo período pela CGPEO, sem consultar o corpo estudantil, técnico, terceirizado e docente da UFRPE, onde a reitoria e alguns gabinetes da universidade vão indicar a composição da CGPEO. Palavras como “limitação”, “meta”, “redução”, “otimização”, “eficiência”, “insuficiência”, etc, são palavras que buscam ocultar o caráter de corte, sofrimento, sufocamento e dor que a austeridade impõe à educação e que cinicamente a direção da UFRPE aceita empurrar a nós sem a menor crítica ao governo Lula, quando não está o elogiando como fez Marcelo Leão quando agradeceu a mixaria que o governo anunciou às universidades no meio da greve federal na educação em 2024 e logo depois tomou de volta com novos cortes.

Frente aos ataques na UFRPE é imprescindível denunciar a atitude burocrática da universidade para remendar o orçamento, onde as pessoas que vão decidir pelo orçamento não são as que serão afetadas pelo austericídio.

É fundamental que os estudantes se juntem com técnicos, professores e terceirizados para também calcularem os custos da universidade e não serem reféns dos ditames da CGPEO.

A CORRENTE PROLETÁRIA ESTUDANTIL PROPÕE:

- 1. Que as entidades representativas de estudantes, professores, técnicos administrativos e trabalhadores terceirizados convoquem um comitê unificado e preparem uma assembleia unificada, que apresente o orçamento necessário para o pleno funcionamento da universidade e delibere as formas de luta para arrancá-lo da burguesia e seu governo.**
- 2. Abaixo a Comissão Gestora do Plano de Equilíbrio Orçamentário! É preciso lutar contra os cortes e não descarregar nos ombros dos terceirizados, estudantes, técnicos e professores.**
- 3. Exigimos que a reitoria denuncie publicamente a situação de penúria da UFRPE, apontando a responsabilidade do governo federal e suas metas fiscais que só beneficiam os grandes capitalistas, os credores da dívida pública e as oligarquias políticas do Congresso Nacional que abocanham fatias cada vez maiores do orçamento público.**
- 4. Unificar essa luta com as demais instituições federais de ensino de Pernambuco, que estão sofrendo o mesmo problema, assim como com o conjunto da Educação federal no país.**
- 5. Exigimos que as centrais sindicais, sindicatos e entidades estudantis rompam com o governismo e convoquem um verdadeiro dia nacional de lutas, com bloqueios e paralisações para derrubarmos o maldito Novo Arcabouço Fiscal, revogarmos as contrarreformas e conquistarmos avanços como o fim da escala 6x1.**
- 6. Não vamos aceitar pagar pela crise provocada pelos próprios capitalistas!**

**CONHEÇA A CORRENTE PROLETÁRIA ESTUDANTIL
E CONSTRUA COM A GENTE UMA FRAÇÃO
REVOLUCIONÁRIA NO MOVIMENTO ESTUDANTIL!**